



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO DIREITO À CIDADE**

**A CONSTRUÇÃO E A ATUAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE  
TRABALHO SOCIAL EM POLÍTICAS HABITACIONAIS E  
URBANAS**

Clenivalda França dos Santos<sup>1</sup>  
Leonardo Costa Miranda<sup>2</sup>  
Andrea Luiza Currelino Braga<sup>3</sup>  
Silvana Marta Tumelero<sup>4</sup>  
Rita de Cássia Barbosa dos Santos<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo apresentar a atuação do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas (FNTSPHU), suas bandeiras de luta e as principais estratégias para incidir sobre o Trabalho Social nas políticas urbanas e habitacionais. É realizada, ainda, uma breve contextualização da conjuntura que antecedeu a sua criação. Entende-se que o FNTSPHU respondeu à importante necessidade de criação de um espaço, capaz de abranger todas as macrorregiões, propício para articulações entre aqueles interessados no Trabalho Social em políticas habitacionais e urbanas, entre eles, os/as assistentes sociais, docentes, pesquisadores, discentes de graduação e pós-graduação, entre outros.

**Palavras-chave:** Fórum; Política Urbana; Política de Habitação; Trabalho Social

**Abstract:** The aim of this text is to present the work of the National Forum for Social Work in Housing and Urban Policies (FNTSPHU), its flags of struggle and its main strategies for influencing social work in urban and housing policies. There is also a brief contextualisation of the situation that preceded its creation. It is understood that the FNTSPHU responded to the important need to create a space capable of covering all the macro-regions, conducive to articulation between those interested in Social Work in housing and urban policies, including social workers, teachers, researchers, undergraduate and postgraduate students, among others.

**Keywords:** Forum; Urban Policy; Housing Policy; Social Work

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Prefeitura Municipal de São Paulo, Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PUC-SP. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos – PUC-SP. Email: clenivaldasantoss@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com

<sup>3</sup> Assistente Social, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (professora e pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Direito à Cidade e Gestão Democrática, Integrante da Câmara Temática de Direito à Cidade do CRESSPR), Doutora e Mestre em Políticas Públicas UFPR, e-mail andrea.braga@pucpr.br

<sup>4</sup> Assistente Social, Universidade Federal do Paraná (professora associada e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Territorial Sustentável - UFPR, integrante da Câmara Temática Direito à Cidade do CRESS/PR), Doutora em Serviço Social UFSC, siltumelero@ufpr.br

<sup>5</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima/UEER. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). e-mail: cassiabarbosa.social@gmail.com



## INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo apresentar o processo de construção do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas (FNTSPHU), demonstrando, principalmente, as atuações anteriores de fóruns estaduais e regionais, bem como a conjuntura política que demandou a criação deste espaço. São exemplos o Fórum de Trabalho Social em Habitação do Estado de São Paulo e o Fórum de Trabalho Social da Região Norte, os quais contribuíram fortemente para a sua criação. Além disso, são apresentadas as bandeiras de luta e as principais atuações do FNTSPHU.

O trabalho social deve ser entendido como um componente fundamental das políticas urbanas e habitacionais. De acordo com Paz e Arregui (2017), o trabalho social deve ter sua concepção ancorada na compreensão de totalidade e integração entre as políticas habitacional, urbana, social e ambiental. Portanto, o trabalho social precisa, necessariamente, estar articulado às “[...] diretrizes, de maneira sistemática, contínua e interdisciplinar. A sua natureza é essencialmente relacional e processual” (p. 10). Além disso, o Trabalho Social tem sua atuação necessariamente voltada para o chão da realidade concreta. Em outras palavras, os/as profissionais do Trabalho Social são demandados para trabalhar com a população, o que “[...] implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir respeitando as características socioculturais” (Paz; Arregui, 2017, p. 10).

Nesta lógica, de acordo com Paz e Diniz (2020), a compreensão do Trabalho Social nas políticas urbanas e habitacionais, deve considerar os elementos estruturantes de conformação das cidades brasileiras e de suas dinâmicas a nível local e regional, em que compõem a disputa pela terra, a produção desigual do espaço e as impossibilidades de inserção e acesso à cidade pelos/as trabalhadores/as. Portanto, a análise perpassa pela compreensão das contradições inerentes ao processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Por isso, abordar a criação de um espaço voltado para articulação entre profissionais que compõem as equipes de trabalho social e/ou interessados na temática significa que é necessário abordar o contexto em que o fórum é demandado, especialmente se tratando de um período de contradições como o da pandemia, que coincidiu com um governo alinhado à ultradireita, crise política, social e econômica, retorno do país ao mapa da fome, entre muitos outros. Ao mesmo tempo, é necessário evidenciar as resistências presentes nos diversos territórios, sendo o FNTSPHU um importante espaço construído por muitos sujeitos movidos pelos princípios da justiça social na cidade e pela necessidade de articulação coletiva.

Em termos de organização do texto, além desta introdução, a segunda seção apresenta as atuações do Fórum de Trabalho Social em Habitação de Interesse Social de



São Paulo e do Fórum de Trabalho Social em Habitação da Região Norte; a terceira seção apresenta o processo de constituição do FNTSPHU, além das suas principais diretrizes, bandeiras e atuações; por fim, conclusões e referências.

## **2. FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SÃO PAULO E O FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL DA REGIÃO NORTE**

Os Fóruns são canais de participações, caracterizados pela articulação em rede (que pode ser local, regional, global), tendo como característica principal o desenvolvimento de ações coletivas, definição de pautas e estratégias comuns em torno de interesses que vinculam-se a uma identidade coletiva (Santos Junior, 2009).

Antes de apresentar o processo de construção do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas, é necessário discorrer sobre o Fórum de Trabalho Social em Habitação de Interesse Social do Estado de São Paulo (FTS/SP), que foi constituído no início de abril de 2015, a partir da articulação de profissionais, pesquisadores, professores e movimentos sociais que objetivavam construir um espaço de discussões sobre a concepção e a direção do trabalho social na política nacional de habitação, bem como sobre os desafios postos no cotidiano de implantação dos projetos urbanos e habitacionais.

O FTS/SP reconhece que o trabalho social vem sendo profundamente afetado pelas grandes transformações ocorridas a partir da década de 1990<sup>6</sup>, tais como o desmonte do Estado pelas políticas neoliberais e conseqüentemente redução dos quadros de profissionais do Estado; intensa segmentação dos procedimentos de trabalho social em campo, conjugada com a terceirização da sua operação; desaceleração do desenvolvimento do trabalho social nas assessorias técnicas.

Os anos 2000 apresentaram avanços importantes no campo normativo, de financiamento da política urbana e habitacional, e de reconhecimento do trabalho social como componente da política de habitação. Entretanto, as disputas entre os interesses coletivos e do mercado nas cidades, afloraram as contradições presentes na política pública e a prevalência dos interesses do capital, impactando diretamente o desenho dos programas e no trabalho social.

No momento conjuntural em que ocorreram três (3) gestões do governo federal no campo democrático (Luís Inácio Lula da Silva; 2003-2011; Dilma Rousseff, 2011-2016), com

---

<sup>6</sup> Salienta-se que “o trabalho social nos programas de habitação, enquanto política de governo, constituiu-se no Brasil, a partir da criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, em 1975” no período da ditadura civil-militar. (Santos, 2018, p. 126).



programas consolidados, onde o trabalho social já estava reconhecido como componente da política habitacional, inclusive com recursos próprios para o desenvolvimento, constituiu-se o Fórum sobre Trabalho Social em Habitação de Interesse Social do Estado de São Paulo, sendo um espaço aberto de articulação política, de trocas de experiências, debates e (re)afirmação de uma identidade do trabalho social comprometido com o direito à cidade e a organização e participação social. Participam do Fórum, profissionais envolvidos com a temática em tela, de diferentes áreas de conhecimento, sejam em órgãos públicos, ou entidades de assessoria técnica a movimentos populares ou ainda empresas prestadoras de serviços; professoras/es e pesquisadoras/es e militantes de movimentos de moradia.

O FTS/SP vem, através dos anos, participando efetivamente de várias frentes de luta e partilhando dos princípios e pautas da luta pela reforma urbana, das quais podemos citar: gestão democrática das cidades; função social da propriedade e da cidade; direito à cidade para todos e todas; moradia digna, com distribuição das riquezas socialmente produzidas, entre outras.

Em 2016 - ano em que a presidenta Dilma Rousseff sofreu o golpe jurídico, político e midiático - o vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência, permanecendo até 2018. Naquela conjuntura, os membros do FTS/SP realizaram alguns seminários, palestras, reuniões, etc. para debater aquele período, o que resultou no posicionamento do FTS/SP contra o golpe, mas, também na denúncia sobre o desmantelamento das políticas sociais ao longo dos anos e das consequências desse ataque para o trabalho dos/as assistentes sociais na política habitacional.

Esse cenário de esvaziamento das políticas sociais, foi piorado com a eleição do governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), pois desde o processo eleitoral de 2018, já era possível observar o acirramento das posições divergentes no Brasil, neste sentido Castilho e Lemos (2021, p. 271) expõem que “no Brasil, a aceleração das políticas ultraconservadoras e ultraneoliberais encontraram, no governo de Jair Bolsonaro, um solo fértil para crescer e se alastrar sem medidas”. Somado a esse contexto, em 2020, o mundo passou a ser ameaçado por um vírus que rapidamente foi disseminado e com alta letalidade, o SARS-COV 2, vírus que causa a COVID-19, este vírus também assolou o Brasil de forma drástica, tendo no país, a primeira morte divulgada em fevereiro de 2020.

Nesse período, mesmo com a população estando aterrorizada com a pandemia e com a grande quantidade de mortes, não houve por parte da gestão de Jair Bolsonaro orientações adequadas sobre como evitar a transmissão e muito menos ações em larga escala. Na verdade, o governo federal, por inúmeras vezes, difundiu a ideia de que a pandemia não deveria ser combatida e que seus efeitos eram mínimos. Ao mesmo tempo, inúmeros pesquisadores identificaram que as pessoas mais atingidas, inclusive com óbitos, eram



negras, pobres, periféricas, principalmente aquelas que residiam nas favelas sem o mínimo de infraestrutura e sem saneamento básico. Assim,

Algumas orientações de enfrentamento à pandemia, como “ficar em casa”; “evitar aglomerações” e “lavar as mãos”, não faz parte da realidade de milhares de trabalhadores/as informais no Brasil. Uma parcela considerável da população brasileira não tem acesso à água potável; à moradia; ao automóvel particular, algum bem de consumo ou tipo de direito trabalhista e previdenciário que possibilite a mínima proteção neste momento em que o medo e o pânico parecem tomar conta de todos/as. Para uma parcela significativa da classe trabalhadora, ou sai de casa ou não se tem o que comer, nem pagar as contas; ou se pega o trem lotado ou não se ganha o pão (Castilho; Lemos, 2021, p. 271).

Ressalta-se que neste contexto de adensamento das desigualdades sociais, os participantes do FTS/SP, mas também pesquisadoras, professoras, profissionais de Serviço Social, representantes dos movimentos sociais, etc. de outras localidades do Brasil, começaram a pesquisar e realizar reuniões, seminários de forma virtual com intuito de discutir como essa pandemia estava interferindo diretamente nas vidas da população e conseqüentemente na vida dos/as trabalhadores/as, tudo isso associado à diminuição do Estado na realização das políticas sociais devido à orientação neoliberal.

Nesse processo de aproximação com outras universidades/pesquisadoras/representantes da categoria das assistentes sociais, participamos ativamente na realização de cursos de extensão, capacitação e discussões *on-line*. Sempre buscando entender o processo político, econômico e da saúde pública que estávamos vivendo e todas as interferências nas políticas sociais e, conseqüentemente, no trabalho profissional dos/as assistentes sociais e outros profissionais do campo do trabalho social em habitação.

Além da importância do FTS/SP, também é relevante mencionar o Fórum de Trabalho Social em Habitação da Região Norte. Este fórum, criado em 2019, juntamente com o FTS/SP, foram os principais responsáveis pelas discussões que deram resultado à criação do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Urbanas e Habitacionais.

O Fórum de Trabalho Social em Habitação da Região Norte foi criado durante um evento realizado na Universidade Federal do Pará, o Seminário “Habitação na Amazônia”, que ocorreu em 2019, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS), e contou com um número considerável de assistentes sociais e outros profissionais interessados/as nas discussões sobre a questão da habitação na Amazônia e o trabalho social nas políticas habitacionais. Após a constituição do referido fórum, algumas atividades foram realizadas de forma remota devido a pandemia do novo coronavírus.

Dentre as atividades do Fórum de Trabalho Social da Região Norte, foram realizadas *lives*, reuniões *on-line*, palestras, entre outros. Geralmente, nessas atividades, os profissionais têm levantado questões relacionadas aos desafios diante dos cortes de orçamento, que



impactam diretamente nas políticas urbanas e habitacionais e no trabalho profissional realizado pelos/as assistentes sociais e outros/as profissionais do Trabalho Social. Nesse contexto, a partir dos relatos dos/as participantes, foi possível vislumbrar “a construção de estratégias de fortalecimento dos profissionais [...], sendo assim, fundamental a criação de espaços que proporcionem refletir sobre a experiência profissional” (Santana; Miranda, 2023, p. 113).

O fórum tem sido um importante espaço para diálogos e construções coletivas de /as assistentes sociais e demais interessados no trabalho social em habitação, especialmente para discutir o trabalho social e as particularidades regionais que se encontram na Amazônia (Santana; Miranda, 2023).

Dessa forma, pós pandemia, com a conjuntura eleitoral de 2022, a nova composição da gestão pública no âmbito da política urbana pós eleição à presidência da república e a perspectiva do redimensionamento das políticas deste campo, entendemos que os sujeitos comprometidos com a defesa do direito à cidade, com ênfase na luta pela moradia, saneamento, mobilidade urbana, dentre outras, deveriam ampliar as discussões, resultando na formação de um fórum nacional do trabalho social em políticas habitacionais e urbanas.

### **3. CONSTITUIÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL EM POLÍTICAS URBANAS E HABITACIONAIS**

Uma das primeiras iniciativas dos dois fóruns tratados na seção anterior, previamente à criação do fórum nacional, foi a elaboração de um documento direcionado ao governo que venceu as eleições de 2022, a saber, o de Luís Inácio Lula da Silva. Este documento foi intitulado “Contribuições ao Governo Lula para a reconstrução do trabalho social na política urbana e habitacional”, o qual foi enviado ao Ministério das Cidades.

O documento indicou, principalmente, a necessidade de reafirmar o trabalho social enquanto componente fundamental da referida política; a necessária revisão das normativas, diretrizes e eixos programáticos do trabalho social; a necessária revisão do papel dos agentes financeiros (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) no trabalho social; a importância de investimento na formação de servidores e profissionais do trabalho social; entre outros.

Foi a partir desta movimentação, com a elaboração de um documento por diferentes sujeitos e organizações coletivas, interessados em incidir sobre o trabalho social em habitação, que se observou a necessidade de criação de um espaço voltado para a articulação política de trabalhadores e trabalhadoras das políticas urbanas e habitacionais. Neste sentido, uma proposta foi apresentada em uma plenária ampliada convocada pelo FTS/SP, em março



de 2023, na qual, outros profissionais e militantes foram convidados para participarem. Nesta primeira plenária, foi aprovada, em consenso, a iniciativa de criação e construção de um fórum nacional, sendo constituída uma comissão provisória para dar prosseguimento ao processo de construção do Fórum Nacional.

Na sequência, a referida comissão provisória definiu a data da primeira assembleia que teve como principal objetivo a criação do Fórum Nacional, o que ocorreu em 16 de agosto de 2023. Além disso, a comissão provisória elaborou um Manifesto que representou a carta de fundação do Fórum Nacional. Na assembleia, que contou com um número considerável de interessados - cerca de 100 pessoas, o Manifesto foi lido e aprovado, possibilitando, então, a constituição do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas.

O processo de construção do Fórum Nacional de Trabalho Social constitui-se um enorme desafio, tendo em vista que busca responder à necessidade de articulação política de trabalhadores/as, professores/as, pesquisadores/as e militantes dos movimentos sociais para incidir no desenho e direção das políticas públicas de habitação de interesse social, bem como em políticas urbanas que impactam a vida de trabalhadores e trabalhadoras, não apenas nas cidades brasileiras, mas em todos os territórios em que as políticas urbanas e habitacionais estiverem presentes.

Ao mesmo tempo, os desafios que se apresentam na articulação coletiva entre os/as participantes de diferentes regiões demonstram a importância da unidade que, ao incorporar nas estratégias conjuntas as particularidades dos territórios e do trabalho social em habitação nos mais diversos espaços, passa a apresentar relevante potencialidade para incidir nas políticas urbanas e habitacionais.

O Fórum Nacional é aberto, em outras palavras, qualquer sujeito interessado no Trabalho Social em Habitação pode participar das discussões e contribuir para o andamento de nossas estratégias. São bem-vindos/as, portanto, aqueles profissionais que atuam, participam, pesquisam no campo de trabalho social em Políticas Habitacionais e Urbanas e compartilham dos princípios e pautas da reforma urbana e que veem a necessidade de construir estratégias coletivas para interferir/incidir nas políticas federais..

A articulação do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas se organiza da seguinte forma:

1. Coordenação Executiva - Composta por 2 membros indicados como representantes de cada uma das macrorregiões do País (totalizando 10 pessoas).
2. Plenária ou Assembleia Geral.
3. Grupos de Trabalho, organizados de acordo com decisão coletiva.

São realizadas reuniões mensais da comissão executiva para construção de estratégias de incidência nas políticas nacionais de habitação e demais políticas urbanas. Além disso, serão realizadas pelo menos duas plenárias ao ano. A Coordenação Executiva,



a partir das decisões tomadas em plenária, pode organizar processos formativos (seminários, encontros, etc), documentos sobre o trabalho social e propostas.

As ações e incidências políticas do FNTSPHU são pautadas por diretrizes e bandeiras de luta apresentadas a seguir.

### 3.1 Diretrizes

As referências teórico-conceituais que permeiam os debates e construções neste Fórum, situam-se no campo da teoria social crítica e sustentam as diretrizes “territorialidade, intersetorialidade e participação social”.

A categoria território, tem sido utilizada contemporaneamente sob significados que ultrapassam a convencional delimitação físico-espacial. Alcança a representação das relações sociais históricas, estruturais e estruturantes do modo de vida de povos originários e tradicionais. O território é compreendido também a partir do movimento histórico pelo qual se estrutura, se constitui, criando identidade a partir das relações sociais estabelecidas nas trocas e disputas entre os diferentes agentes sociais que nele atuam, mas centralmente daqueles que no território vivem. Ou seja, diretamente implicado pelas relações políticas nele presentes, como um espaço que se altera pelo trabalho e pelas relações de poder cotidianas. Ainda, podemos recorrer à Saquet (2015, p. 75) na afirmação de que o “território é objetivado por relações sociais de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”.

Em corcondância ao pensamento de Milton Santos que diz que

[...] o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 1999, p. 8).

É da ampliação conceitual da noção de território que se gesta a expressão territorialidade, associada à percepção que ocupantes atribuem ao território e que, segundo Haesbaert (2004, p. 3),

[...] além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.



O Fórum, ao adotar diretriz territorialidade, na defesa das políticas habitacionais e urbanas, visa instigar os trabalhadores à compreensão dos sentimentos de pertencimento, de apropriação, de criação, de expressão, de liberdade, de defesa e experimentação que as pessoas que habitam um determinado território têm em relação a ele, percebendo-o como espaço de vida.

Outra diretriz a que o Fórum se reporta é a intersetorialidade, como referência também da produção das políticas sociais públicas a partir da década de 1990 e que possibilita confrontar os limites da lógica setorial hierarquizada e gerencialista, ao ampliar o quadro de atores partícipes de sua concepção e execução, no âmbito estatal, mas também a necessária interlocução com segmentos populares à construção da agenda pública.

Conforme nos apresentam Akerman *et al.* (2014, p. 4294):

[...] intersetorialidade seria definida como um modo de gestão (o que) desenvolvido por meio de processo sistemático de (como) articulação, planejamento e cooperação entre os distintos (com quem) setores da sociedade e entre as diversas políticas públicas para atuar sobre (para que) os determinantes sociais.

No debate atual sobre a intersetorialidade se explicita a dimensão ético-política que aponta como objetivo a equidade social, a universalidade de direitos e de proteção social, implicando a explicitação de distintos projetos de sociedade, de Estado e de governos.

A perspectiva intersetorial na intervenção pública, exige o reconhecimento de atores coletivos de diferentes campos integrando espaços de interlocução no desenho de políticas públicas que buscam enfrentar fenômenos de maior complexidade. Portanto, para além de sua dimensão instrumental. E retornando ao questionamento de Burlandy (2014, p. 110) “[...] que tipos de temas são socialmente mobilizadores de processos políticos capazes de impactar a institucionalidade governamental e especialmente de fomentar dinâmicas intersetoriais?”, podemos afirmar que as pautas que mobilizam as lutas por reformas urbanas – moradia, condições sanitárias, segurança, mobilidade, dentre tantas outras, portam complexidades que não se enfrentam com respostas setoriais.

### 3.2 Bandeiras de luta

Em discussões coletivas no âmbito do Fórum Nacional, ponderou-se que nos programas implementados em parceria apenas com prefeituras, defendemos a autonomia dos municípios, como promotores das intervenções urbanas e habitacionais, na definição da demanda, na composição do escopo do trabalho social a ser desenvolvido, da metodologia de intervenção social, do instrumental e das técnicas a serem utilizadas, de acordo com a



realidade local, em diálogo ativo e constante com os movimentos sociais que lutam pela moradia digna e o direito à cidade.

No Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (PMCVE) é indiscutível a autonomia das Entidades Organizadoras na definição da demanda e na construção dialogada de um Plano de Trabalho Social (PTS) que responda às expectativas de fortalecimento da mobilização, organização dos movimentos sociais e práticas autogestionárias.

Defendemos que o foco do Trabalho Social é a atuação direta com a população nos territórios, tendo como centralidade a participação, organização social e a formação cidadã, contribuindo para a melhoria nas condições de acesso à moradia digna e aos serviços públicos básicos.

As intervenções e encaminhamentos devem responder, prioritariamente, às demandas da população, e desenvolver ações que contribuam para os processos formativos, com foco nos direitos sociais e no apoio e fortalecimento da organização popular.

O respeito à autonomia de movimentos de moradia, grupos e coletivos é elemento chave para o estabelecimento de relações de confiança mútua e o desenvolvimento de um processo de trabalho orientado pelo direito à cidade e à moradia digna.

Reafirmamos o trabalho social como componente estruturante da política habitacional e urbana e, sendo assim, deve compor a estrutura de gestão e garantido financiamento para sua implementação.

O trabalho social deve permear todos os programas relacionados às políticas habitacionais e urbanas. Os programas envolvem obras físicas de engenharia, arquitetura, de intervenções jurídicas e de trabalho social, que devem estar articuladas em todos os momentos do ciclo do planejamento, execução e avaliação.

O Trabalho Social é essencial para garantir e viabilizar o fluxo de informações, nas estratégias de participação e de ações formativas junto aos grupos de população, em particular nas fases de pré-obra; execução e pós obra ou pós-ocupação, como forma de garantir a qualidade da implementação do projeto em todas as suas fases.

### 3.3 Ações realizadas

A linha do tempo das ações de articulação do FNTSPHU, perpassam pela construção do Manifesto e envio deste para a campanha presidencial do candidato Luís Inácio Lula da Silva e também para o Br Cidade Nacional, onde há o posicionamento que o trabalho social fosse de fato constitutivo, ou seja, componente e não mero adereço na política habitacional e urbana.



Em agosto de 2023, ocorreu a Assembleia Geral do Fórum que, aprovou o Manifesto de Constituição do FNTSPHU e definiu uma coordenação executiva composta por representantes de todas as regiões no país; Na incidência de participação em espaços e eventos que aglutinassem força política para as demandas do Fórum, ocorreu a participação de componentes da executiva do FNS no Seminário de Reforma Urbana, realizada em novembro de 2023 em Brasília, onde expressa-se o posicionamento sobre a urgência e a necessidade da participação do trabalho social nas políticas habitacionais e urbanas.

Em conjunto com o FTS do Estado de São Paulo, Categorias representativas dos profissionais de Serviço Social Conjunto CFESS/CRESS de alguns Estados e movimentos Sociais, elaborou-se um documento onde nos posicionamos sobre a necessidade do governo federal, através do Ministério das Cidades, realizar urgentemente uma consulta de forma participativa para dialogarmos sobre as possíveis alterações/revisão da Portaria 464/2018 que dispõe sobre o trabalho social em programas e ações do referido Ministério.

Tal debate perpassa na necessidade de manter a mobilização para incidir na elaboração das políticas nacionais afetas à habitação e desenvolvimento urbano, e a organização de uma segunda. Plenária Geral do Fórum para o mês de abril de 2024, bem como organizar um seminário de debate sobre o Trabalho Social nas Políticas Federais e na Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social.

Entre os desafios do Fórum, expressa-se como um espaço de articulação permanente, sendo assim a relevância de aglutinar mais forças políticas e manter a periodicidade de planejamento de ações para que possa impactar em seus objetivos na defesa da política urbana e no fortalecimento do trabalho técnico social.

## **CONCLUSÕES**

O trabalho social nas políticas urbanas e habitacionais é de extrema relevância, tendo no seu escopo um conjunto de ações que precisam se articular as necessidades dos territórios e as demais políticas sociais setoriais. Neste âmbito, é importante apreender o trabalho social para além do seu desenho institucional, tendo como referência a totalidade da vida dos sujeitos que são beneficiados pelos programas urbanos, e sobretudo a realidade dos profissionais que historicamente ocupam os espaços socioocupacionais para a implementação do Trabalho Social. É neste contexto que se situa o processo de constituição do FNTSPHU, bem como suas bandeiras de luta e principais estratégias para incidir sobre o trabalho técnico social nas políticas urbanas e habitacionais.



Diante do exposto, ressaltamos a pertinência das prioridades e propostas apresentadas pelo FNTSHPU sejam materializadas nas plataformas da política urbana. As reivindicações do Fórum para as políticas habitacionais e urbanas estão alinhadas às lutas pela Reforma Urbana e a defesa do Direito à Cidade, que inclui entre esses/as, principalmente, os/as assistentes sociais, docentes, pesquisadores, discentes de graduação e pós-graduação.

Destarte, que a incidência do Fórum abarca duas dimensões:

1) A primeira sobre as políticas aprovadas e implementadas pelo Governo Federal e a inserção de qualificação do acesso a moradia digna e aprimoramento da política da habitação de interesse social e

2) O impacto das políticas implementadas sobre a dinâmica das cidades e sobre a vida das pessoas, em especial sobre as camadas populares.

O Trabalho Social é um componente da política habitacional e urbana, que deve ser obrigatório para todos os programas de provisão habitacional, urbanização, regularização fundiária, planos diretores e intervenções de infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana e, ainda, em ações desenvolvidas em áreas de risco/desastres naturais, que envolvam processos de deslocamentos involuntários, etc.

De fato, podemos afirmar que os resultados alcançados pelo Fórum expressam o êxito de uma estratégia coletiva planejada pelo conjunto de sujeitos e organizações que compõem uma articulação ampliada, que converge diferentes escalas de ação (no contexto local e macrorregional). Nesse sentido, concebemos o FTSHPU como um potente aglutinador de forças reivindicatórias, de participação social e mobilização coletiva.

## REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. et. al. Intersetorialidade? Intersetorialidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, V. 19, N. 11, p. 4291-4300, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LnRqYzQZ63Hr5G4Hb7WPQLD/> Acesso em 05/03/2024.

BURLANDY, L. Um olhar sobre a intersetorialidade a partir da experiência de construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. A. **Intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas,

CASTILHO, D. R. LEMOS, E. L. de S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **R. Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021.

PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M.R. de G. **Serviço Social e Trabalho Social em Habitação: requisições e conservadoras, resistências e proposições**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.



PAZ, R.; ARREGUI, C. (Orgs.). **Trabalho Social, territórios e moradia**: a construção da cidade. São Paulo: Veras Editora, 2018.

SANTANA, J. V.; MIRANDA, L. C. Aproximação entre Universidade e profissionais de Serviço Social na área da habitação: estratégia de fortalecimento do Trabalho Social. In: Joana Valente Santana; Rosangela Dias Oliveira da Paz; Rovaine Ribeiro; Anna Carolina Gomes Holanda; Olga Myrlla Tabaranã Silva. (Org.). **Serviço Social e Habitação**: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais. 1ed.Uberlândia/MG: Editora Navegando, 2023, v. 1, p. 111-121.

SANTOS JUNIOR, O. A. **O Fórum Nacional de Reforma Urbana**: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade / Orlando Alves dos Santos Junior. Rio de Janeiro : FASE, 2009.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, Rio de Janeiro, Ano 1, n.1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560> Acesso em 08/03/2024.

SANTOS, R. de C. B. Trabalho Social: Discurso contemporâneo na Política Habitacional Brasileira. In: VALENTE, Joana Santana (org.). **Habitação e Serviço Social**: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas. Papel Social, 2018.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SP: Papel Social, 2014. p.105–123.